



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

A Coordenadoria Executiva e de Planejamento

Sr. Coordenador

Ref.: Apreciação do recurso interposto por **GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA.**

Tomada de Preços N. 004/2019.

OBJETO: "OPERAÇÃO DA SALA DE SITUAÇÃO DO INEA COM SERVIÇO DE MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO E ALERTA DE CHEIAS".

Conhecidos os termos do referido documento, a Comissão Permanente de Licitação com o auxílio da Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental – DISEQ, cuja manifestação passa a ser peça integrante deste julgamento, expõe:

RECURSO interposto tempestivamente pela empresa **GRIDLAB SISTEMAS E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Praça Antônio José de Almeida, 36, Penha Circular, Rio de Janeiro, RJ, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n. 02.820.771/0001-50, doravante denominada **GRIDLAB**;

Em apertada síntese a recorrente **GRIDLAB** apresenta em suas razões de inconformismo discordância quanto à declaração de vencedor anunciada por esta CPL à licitante Sistema Meteorológico do Paraná – SIMEPAR.

Aduz que a recorrida não observou em sua proposta o salário mínimo para os profissionais indicados na planilha orçamentária, tendo como base a Resolução n. 397/1995 do CONFEA, o que induziria a sua desclassificação já que disforme do salário base dos profissionais.

No que toca ao mérito recursal, a manifestação do setor técnico indica pressupostos importantes sobre a elaboração da estimativa de preços e forma de pagamento do contrato, afirma que a recorrida cumpriu adequadamente o item 8.15 do instrumento convocatório e está ajustada aos critérios de aceitabilidade de preços conforme preveem os arts. 40 e 48 LLC, sugerindo o indeferimento do recurso.

Em que pese a parecer técnico, alguns acréscimos devem ser incorporados a justificar a manutenção da licitante vencedora, assim, nos pautaremos no contido no Acórdão 719/2018 - Plenário – TCU que reflete muito bem a controvérsia instaurada, conforme se verifica prontamente pelo Sumário:

Sumário

CONSULTA. ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO NOS CONTRATOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA EM FUNÇÃO DA CONSTITUIÇÃO E DA CLT. ORIENTAÇÕES ADICIONAIS. RESPOSTA AO CONSULENTE.

A jurisprudência usada como paradigma advém de consulta formulada pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados (CTASP) versando sobre a existência de determinação legal que obrigue os participantes de licitações para a



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

execução de obras públicas e serviços de engenharia a levar em consideração, na formulação de suas propostas, as despesas decorrentes do cumprimento de acordos e convenções coletivas de trabalho. (grifo nosso).

Neste ponto, o voto do ilustre relator revisor Benjamin Zymler é taxativo.

"(...) talvez o cerne da Consulta posta pela CTASP, redigida de outra forma, possa ser sintetizada na pergunta: "Mesmo que atendidos os requisitos de exequibilidade de preços previstos no art. 48 da Lei 8.666/1993, ainda é cabível a desclassificação de licitante por apresentar proposta com composições de preço unitário contendo salários abaixo dos pisos das convenções/acordos coletivos de trabalho?"

Entendo que a resposta a tal questionamento é negativa, salvo se o instrumento convocatório do certame tiver disposição específica prevendo a observância dos pisos salariais previstos nos instrumentos de negociação coletiva."

Com maestria o ministro esclarece sua tese.

"É de se reconhecer que não se encontra expressamente previsto no referido diploma legal qualquer obrigação no sentido de a Administração desclassificar licitante cuja proposta de preços despreze acordos e convenções coletivas de trabalho."

(...)

"Igualmente relevante é a interpretação dos referidos dispositivos de que a inexecutabilidade de itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta (art. 48, inciso II, da Lei 8.666/1993), pois o juízo sobre a inexecutabilidade, em regra, tem como parâmetro o valor global da proposta (Acórdão 637/2017-Plenário). Então, uma composição de custo unitário de licitante que apresentasse valor de salário inferior ao piso da categoria não deveria ensejar a desclassificação da empresa, visto que o preço global de sua proposta poderia ser plenamente executável."

E por fim conclui.

"Dessa forma, concluo que deve ser informado ao consulente que, nos certames objetivando a contratação de obras públicas, não há determinação legal que obrigue a Administração Pública a examinar as propostas dos licitantes para observar se estes consideraram nos seus preços as despesas com mão de obra decorrentes do cumprimento de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, devendo ser observadas as disposições dos arts. 48 e 44, §3º, da Lei 8.666/1993, bem como os critérios de aceitabilidade de preços e outros requisitos previstos no instrumento convocatório."

af.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

Frisamos que o presente edital não estipula a obrigação de se observar no fornecimento de preços relativos à mão de obra o cumprimento de salários base de qualquer categoria.

Não prevalece o entendimento da recorrente de que, em razão do item 14.5 do edital, a contratação da mão de obra para a execução do contrato deva ser através da CLT, por óbvio não pode a administração esmiuçar-se sobre as inúmeras relações de trabalho previstas entre a contratada e seus respectivos prestadores de serviço, já que tal relação é exclusivamente particular.

O item em comento trata das condições de pagamento e a exigência do comprovante de recolhimento presta-se unicamente a garantir que aqueles colaboradores, quando contratados via CLT, estejam com seus depósitos em dia o que garante, ainda que indiretamente, a regularidade da contratada perante o FGTS.

Como foi também bem lançado pelo revisor, não se está propondo o descumprimento de regras trabalhistas pela Administração, tampouco o desrespeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores.

Apenas que o viés de exame de uma proposta em um certame não é o mesmo aplicável à fase de execução contratual nem abrange a análise de conformidade da proposta com diversas outras leis esparsas, que tratem de matéria estranha ao procedimento licitatório, tais como regras trabalhistas, ambientais, previdenciárias e tributárias. Isso não quer dizer que a empresa contratada possa executar o ajuste ao arrepio dessas outras leis.

Assim, pelos fundamentos expostos, baseando-nos também na manifestação do setor técnico emitido pela Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental – DISEQ, conhecemos do presente recurso e no mérito sugerimos pelo **INDEFERIMENTO**.

Nada mais havendo a tratar, encaminhamos à apreciação superior, rogando pela posterior publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Em, 04 de outubro de 2019

Comissão Permanente de Licitação:

Paulo Cesar Longo Diniz Junior
Presidente
Id. Funcional: 5084655-8

Paulo Vitor da Silva Manhães
Membro
Id. Funcional: 5087775-5

Renata Ferreira Ramos Ribeiro Laranjeira
Membro
Id. Funcional: 5103581-2

**Re: Manifestação Recursos Administrativos - TP 04/2019**

Agatha Weinberg <agathaw.inea@gmail.com>

3 de outubro de 2019 10:11

Para: LICITAÇÃO INEA <licitacao.inea@gmail.com>

Cc: Dir de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental <diseq.inea@gmail.com>, Rodrigo Bianchini <bianchini.inea@gmail.com>, Cinthia Avellar Martins <cinthiaavellarm@gmail.com>

Prezados,

Segue manifestação sobre recurso da GRIDLAB.

Atenciosamente,

Referência: Recurso Administrativo da empresa GRIDLAB para Tomada de Preço nº 04/2019 - "OPERAÇÃO DA SALA DE SITUAÇÃO DO INEA COM SERVIÇO DE MONITORAMENTO HIDROMETEOROLÓGICO E ALERTA DE CHEIAS"

Considerando o conteúdo do recurso administrativo preposto pela licitante, no dia 19/09/2019, dentro do prazo legal previsto no edital da Tomada de Preço 04/2019, segue manifestação.

Trata-se de Tomada de Preço 04/2019 para contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia e meteorologia para operação da Sala de Situação do INEA, com monitoramento hidrometeorológico e Alerta de Cheias.

A previsão orçamentária para esse serviço foi realizada com base no Catálogo de Custos Unitários da EMOP, utilizado como referência de preços unitários para composição e elaboração da estimativa de valor da contratação, sendo os serviços medidos e pagos de acordo com o avanço real das atividades previstas no termo de referência, conforme o cronograma físico-financeiro, a planilha orçamentária e os demais anexos do edital.

O uso do sistema referencial de preços do Catálogo de Custos Unitários da EMOP é indicado no Art. 24 da Resolução INEA nº 170 de 19 de março de 2019, que regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito deste órgão, no sentido de fundamentar as estimativas de custos e elaboração de orçamentos. É relevante ressaltar que, de acordo com os boletins mensais do Sistema EMOP de Custos Unitários e seus anexos, os preços elementares contidos no catálogo são os vigentes no mercado, para o mês de referência de atualização do boletim, e levam em consideração os encargos sociais que incidem sobre os preços de insumos de mão de obra.

Sobre o instrumento convocatório, enfatiza-se que a empresa declarada vencedora do certame atendeu item 8.15 do edital, que está em conformidade com os critérios de aceitabilidade de propostas de preços, previstos nos artigos 40 e 48 da Lei Federal nº 8666/1993. Segue transcrição dos artigos citados acima:

"ART. 40.

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48;"

"ART. 48.

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta."

Nesse sentido, manifestamos que, no que tange ao pedido de recurso em análise, sugerimos o indeferimento.
